

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1) Indique os princípios inerentes à jurisdição.

- a) inércia, inafastabilidade, indelegabilidade, contraditório e juiz natural;
- b) devido processo legal, aderência ao território, inevitabilidade, investidura, inércia, indelegabilidade e inafastabilidade;
- c) eventualidade, investidura, inércia, indelegabilidade e inafastabilidade;
- d) investidura, aderência ao território, indelegabilidade, juiz natural e inércia;
- e) aderência ao território, oralidade, inércia, controle jurisdicional e investidura.

2) Analisando as proposições abaixo:

- I – a ação é considerada proposta, se houver juiz na comarca, na data do seu despacho, ou quando simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara. Se não houver juiz e não houver cartório, considera-se a ação proposta dentro do prazo decadencial desde que a inicial seja entregue em qualquer cartório;
- II – a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência, torna litigiosa a coisa, constitui o devedor em mora (ainda que decretada por juiz incompetente) e interrompe a prescrição;
- III – não é cabível a cumulação de pedidos, no mesmo processo, contra o mesmo réu, se para cada um deles corresponder um tipo diverso de procedimento, se não for possível a conversão para o rito ordinário;
- IV - perempção é a extinção do direito de ação permanecendo, no entanto, intacto o direito material nela deduzido.

Assinale:

- a) apenas I e III são corretas;
- b) apenas I, III e IV são corretas;
- c) apenas III é correta;
- d) apenas I, II e IV são corretas;
- e) apenas I é correta.

3) Tratando-se de litisconsórcio, é INCORRETO afirmar que:

- a) ocorre litisconsórcio necessário tanto pela imposição da incidibilidade do objeto do processo, quanto também em razão da vontade da lei;
- b) o litisconsórcio necessário é sempre unitário;
- c) o juiz pode limitar o litisconsórcio facultativo e o pedido de limitação interrompe o prazo para a resposta;
- d) na ação pauliana, é litisconsorte necessário passivo o terceiro em cujo nome se acha transcrito o imóvel objeto da revocatória;
- e) a confissão feita por um dos litisconsortes não se estende aos demais, mas pode resultar em prejuízo de fato para os litisconsortes que não confessaram.

4) Analisando as proposições abaixo:

- I - as regras da chamada competência internacional, previstas no CPC, são limitativas da própria jurisdição e não meros critérios de distribuição do exercício da jurisdição entre os juizes do mesmo país (competência);
- II - se a ação principal tiver sido movida pelo substituto processual, o réu somente poderá reconvir se o seu pedido fundar-se em pretensão que tenha em face do substituído, desde que para tal ação subsista a legitimação extraordinária passiva do substituto (autor-reconvindo);
- III - a sentença que condenar o réu ao pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz, na forma prescrita na Lei de Registros Públicos;
- IV – a ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, não sendo cabível para o pleito de entrega de coisa fungível ou bem móvel;
- V – a conexão entre pedidos não é, em si, requisito de admissibilidade da cumulação.

Assinale:

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) apenas I, III e V estão corretas;
- c) apenas I, IV e V estão corretas;
- d) apenas II e III estão corretas;
- e) apenas II, IV e V estão corretas.

5) São pressupostos objetivos dos recursos no Direito Processual Civil:

- I - a recorribilidade da decisão e o preparo;
- II - a tempestividade do recurso e a singularidade do recurso;
- III - a irrecorribilidade da decisão e o devido processo legal;
- IV - a adequação do recurso e o manifesto erro do julgado;
- V - o depósito recursal e a sucumbência da parte .

Assinale:

- a) se todas as assertivas estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas I e II estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas II e III estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas.
- e) se somente as assertivas IV e V estiverem corretas.

6) Com relação aos recursos, marque a alternativa INCORRETA:

- a) dá-se a *desistência* quando, já interposto o recurso, a parte manifesta vontade de que não seja ele submetido a julgamento;
- b) ocorre a *renúncia* quando a parte vencida abre mão previamente do seu direito de recorrer;
- c) ocorre a *preclusão temporal* quando a parte pratica, sem reserva alguma, ato incompatível com a vontade de recorrer;
- d) opera-se a *preclusão consumativa* quanto a parte interpõe o recurso cabível;
- e) o recurso adesivo não será conhecido se houver desistência do recurso principal.

7) Os tribunais, assim compreendidos os órgãos colegiados do 2º grau de jurisdição, exercem sua competência nas seguintes situações:

- I - em grau de recurso ou em reexame no duplo grau de jurisdição necessário;
- II - sendo Tribunal Regional Federal, nos conflitos de competência entre juiz federal e juiz de direito;
- III - em grau de recurso, apenas nos processos nos quais tenha havido decisão de mérito;
- IV - sendo Tribunal de Justiça, em processos de competência originária, nos conflitos de competência entre juiz federal e juiz de direito;
- V - em incidentes de impedimento ou suspeição do juiz de 1º grau.

Assinale:

- a) se somente as assertivas I e II estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas II e III estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas IV e V estiverem corretas;
- e) se somente as assertivas I e V estiverem corretas.

8) Com relação aos processos de competência originária dos tribunais, assinale a alternativa correta:

- a) os conflitos de competência entre tribunais superiores, quando envolvido o Superior Tribunal de Justiça, são processados e julgados, originariamente, pelo próprio Superior Tribunal de Justiça;
- b) a competência para julgamento do recurso extraordinário é, como exceção, do Superior Tribunal de Justiça;
- c) são eles julgados em uma única instância, isto é, não desafiam recursos ordinários em decorrência do simples fato da sucumbência;
- d) a competência para julgamento dos recursos especial e extraordinário é, como regra, do Supremo Tribunal Federal;
- e) compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar os conflitos de competência entre Juiz do Trabalho e Juiz Federal, bem como entre Juiz do Trabalho e Juiz de Direito.

9) Com relação ao processo de execução:

- I - na execução contra a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o pagamento aos exeqüentes será sempre feito por precatórios, ressalvado o pagamento de obrigações de pequeno valor;
- II - o devedor inadimplente, em sede de execução de prestação alimentícia, terá sua prisão decretada pelo juiz da Vara Cível competente, ressalvada a justificada impossibilidade de adimplemento;
- III - a execução por quantia certa contra devedor solvente tem por objeto expropriar bens do devedor, a fim de satisfazer o direito do credor;
- IV - na execução por quantia certa contra devedor insolvente, o pagamento será efetuado por rateio entre os credores habilitados;
- V - o juiz decretará a prisão do depositário infiel, assim entendido aquele que não cumprir, em 24 horas, o mandado de entrega da coisa ou do equivalente em dinheiro.

Assinale:

- a) se todas as assertivas estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas I e II estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas;
- e) se somente as assertivas IV e V estiverem corretas.

10) Analisando as assertivas abaixo:

- I - consideram-se extintas todas as obrigações do devedor insolvente, decorrido o prazo de cinco anos após o encerramento do processo de insolvência;
- II - quando o devedor não possui bens penhoráveis, a execução fica suspensa;
- III - extingue-se a execução apenas quando o devedor satisfaz a obrigação;
- IV - o exeqüente não pode renunciar ao seu crédito;
- V - na remição, os descendentes preferem ao cônjuge.

Assinale:

- a) se somente as assertivas I e II estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas II e III estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas IV e V estiverem corretas;
- e) se somente as assertivas I e V estiverem corretas.

11) Com relação à execução forçada, marque a assertiva INCORRETA:

- a) podem promovê-la: o credor detentor de título executivo e o Ministério Público, nos casos legalmente previstos;
- b) podem também promover a execução, entre outros, o espólio, os herdeiros e os sucessores do credor, quando lhes for transmitido o direito resultante do título executivo;
- c) são sujeitos passivos na execução, entre outros, o devedor, reconhecido como tal no título executivo, bem como seu espólio, herdeiros ou sucessores;
- d) não podem ser sujeitos passivos na execução, entre outros, o fiador judicial e o responsável tributário;
- e) o devedor pode assumir posição idêntica à do exeqüente, requerendo ao juiz que mande citar o credor a receber em juízo.

12) Considerando os requisitos necessários para realizar qualquer execução, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a existência de título executivo judicial ou extrajudicial;
- b) o inadimplemento do devedor;
- c) um início razoável de prova material do inadimplemento do devedor;
- d) sendo execução para cobrança de crédito, que o título seja líquido, certo e exigível;
- e) o adimplemento da obrigação do credor, quando esta for condição para a prestação do devedor.

13) A execução, fundada em título judicial, processar-se-á perante:

- I - os tribunais superiores, nas causas de sua competência originária;
- II - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição;
- III - o juízo do foro do domicílio do réu, nas causas de competência originária dos tribunais superiores;
- IV - o juízo criminal competente, quando o título executivo for a sentença penal condenatória;
- V - no juízo do foro da situação dos bens, nas causas de competência originária dos tribunais superiores.

Assinale:

- a) se somente as assertivas I e II estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas II e III estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas IV e V estiverem corretas;
- e) se somente as assertivas I e V estiverem corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

14) Sobre a competência da União, Estados e Municípios, assinale a alternativa correta:

- a) compete privativamente à União legislar sobre: direito civil, comercial, serviço postal e educação;
- b) são da União as competências que não lhe são vedadas pela Constituição Federal;
- c) compete privativamente aos Municípios legislar sobre: assuntos de interesse local e normas de proteção ao meio ambiente;
- d) são dos Estados as competências remanescentes;
- e) compete concorrentemente aos Estados e à União legislar sobre: direito tributário, custas e serviços forenses, responsabilidade por dano ao meio ambiente e trânsito.

15) Considerando os princípios fundamentais, insertos na Constituição Federal, analise as assertivas abaixo:

- I - dentre outros, são fundamentos da República Federativa do Brasil: a soberania, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político;
- II - a República Federativa do Brasil é formada pela união de Estados, Municípios e Distrito Federal, sendo possível a secessão;
- III - são, dentre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: erradicar a pobreza e a marginalidade e garantir o desenvolvimento nacional;
- IV - a República Federativa do Brasil rege-se nas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios: repúdio ao racismo e terrorismo, concessão de asilo político e interdependência da República Federativa do Brasil com as demais nações, em especial as da América Latina, com quem buscará a formação de um bloco comunitário.

E assinale:

- a) se corretas todas as assertivas;
- b) se incorreta somente a assertiva II;
- c) se corretas somente as assertivas I e III;
- d) se corretas somente as assertivas II e III;
- e) se incorreta somente a assertiva IV.

16) Com base nos direitos dos trabalhadores, previstos na Constituição Federal, analisando as seguintes assertivas:

- I - são passíveis de redução a jornada de trabalho e o salário, somente se decorrente de negociação entre os sindicatos de empregados e sindicatos dos empregadores;
- II - aos empregados domésticos é assegurado o gozo de férias anuais, remuneradas com o acréscimo de um terço em relação ao salário normal, com a duração de trinta dias corridos;
- III - devido o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, com critérios a se fixar por legislação complementar, assegurado o mínimo de trinta dias;
- IV - é possível jornada de trabalho superior a seis horas, sem o pagamento de horas extras, nos turnos ininterruptos de revezamento, desde que decorrente de acordo ou convenção coletivos;
- V - proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre, para os menores de dezesseis anos e de qualquer trabalho para menores de quatorze anos, salvo se na condição de aprendiz.

Assinale:

- a) se todas as alternativas estiverem corretas;
- b) se corretas somente as alternativas III e IV;
- c) se incorreta somente a alternativa II;
- d) se incorretas somente as alternativas I e V;
- e) se incorreta somente a alternativa IV.

17) Dispõe a Constituição Federal, expressamente, no art. 111, que o Juiz do Trabalho é:

- a) funcionário público federal;
- b) agente político do Estado;
- c) órgão da Justiça do Trabalho;
- d) ocupante de carreira de Estado;
- e) servidor público *sui generis*.

18) Quando impetra mandado de segurança coletivo (art. 5º, inciso LXX, letra b, da Constituição Federal), a entidade sindical:

- a) age como representante de seus membros ou associados;
- b) age como representante apenas de seus associados;
- c) atua como substituto processual em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
- d) atua como substituto processual apenas de seus associados;
- e) atua como substituto processual apenas dos associados que constem do rol de substituídos.

19) Analisando as proposições abaixo:

- I - segundo o art. 103 da CF, podem propor ação direta de inconstitucionalidade: o Presidente da República, a mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa da Assembléia Legislativa, o Governador de Estado, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da OAB, partido político com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- II - pela via de controle incidental, a decisão judicial, no caso concreto, terá efeito retroativo (*ex tunc*), invalidando qualquer relação jurídica fundada na lei ou no ato reconhecido como inconstitucional, mas somente *inter pars*. A lei ou o ato permanecerão válidos até que sua executoriedade seja suspensa pelo Senado;
- III - no caso de suspensão de lei ou ato pelo Senado, permanecem válidas as relações jurídicas neles fundadas, estabelecidas antes da suspensão;
- IV - a ação direta de inconstitucionalidade pode ser interventiva, genérica ou supridora de omissão;
- V - a posição majoritária do STF é a de considerar a ação declaratória de constitucionalidade como inserida no sistema de controle abstrato da constitucionalidade de normas, visando a defesa da ordem jurídica, e não se destinando diretamente à tutela de direitos subjetivos.

Assinale:

- a) Apenas I, II e III estão corretas;
 b) Apenas I, III e IV estão corretas;
 c) Apenas II, IV e V estão corretas;
 d) Apenas I e II estão corretas;
 e) Todas estão corretas.

20) Analisando as proposições abaixo:

- I - é cabível a concessão de liminar em ação de inconstitucionalidade por omissão;
- II - o duplo grau de jurisdição, no âmbito da recorribilidade ordinária, consubstancia garantia constitucional absoluta;
- III - o regime de urgência constitucional, para tramitação de projetos de interesse do Poder Executivo, depende de apresentação de justificativa pelo Presidente da República e limita-se a determinadas matérias que a Constituição indica;
- IV - são legitimados ativamente para propor a arguição de descumprimento de preceito fundamental as mesmas autoridades e entidades legitimadas para a ação direta de inconstitucionalidade;
- V - não pode ser objeto de delegação ao Presidente da República a legislação sobre diretrizes orçamentárias.

Assinale:

- a) apenas I e II estão corretas;
 b) apenas II, III e IV estão corretas;
 c) apenas I e IV estão corretas;
 d) apenas IV e V estão corretas;
 e) apenas I, III e V estão corretas.

21) Considerando os fundamentos da República Federativa do Brasil, consagrados na Constituição Federal, marque a alternativa INCORRETA:

- a) o pluralismo político;
 b) a autodeterminação dos povos;
 c) o valor social da livre iniciativa;
 d) o valor social do trabalho;
 e) a dignidade da pessoa humana.

22) Sobre o controle da constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, pode-se afirmar:

- I - os juizes de primeiro grau podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, de forma difusa, para o caso concreto;
- II - os tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, desde que pela maioria absoluta dos seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;
- III - o Supremo Tribunal Federal, cuja competência precípua é de guardião da Constituição, exerce o controle da constitucionalidade de forma concentrada e difusa;
- IV - entre outros, estão legitimados à propositura da ação declaratória de constitucionalidade o Presidente da República e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- V - entre outros, estão legitimados à propositura da ação de inconstitucionalidade o Presidente da República e os sindicatos das categorias profissional e econômica.

Assinale:

- a) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas;
 b) se somente as assertivas II, III e IV estiverem corretas;
 c) se somente as assertivas III, IV e V estiverem corretas;
 d) se somente as assertivas I, IV e V estiverem corretas;
 e) se somente as assertivas I, II e V estiverem corretas.

23) Considerando as chamadas cláusulas pétreas da Constituição, assim consideradas aquelas para as quais proposta de emenda sequer será objeto de deliberação, assinale aquela que não se insere entre as mesmas:

- a) os direitos e garantias individuais;
 b) a forma federativa de Estado;
 c) a separação dos Poderes;
 d) o regime republicano;
 e) o voto direto, secreto, universal e periódico.

DIREITO ADMINISTRATIVO

24) A empresa pública:

- a) é pessoa jurídica de direito público interno, criada por lei, com patrimônio próprio, exercendo função delegada pelo Estado;
- b) é pessoa jurídica de direito público interno, criada por lei, com patrimônio próprio, sem vínculo de subordinação hierárquica, exercendo funções típicas do Estado;
- c) é pessoa jurídica de direito privado, criada por lei, com capital dividido entre o Estado e particulares, com patrimônio próprio, para a realização de serviço público ou atividade econômica, regendo-se pelas normas das sociedades anônimas, com as adaptações previstas na sua lei de criação;
- d) é pessoa jurídica de direito privado, criada por lei, com capital exclusivamente público, ainda que vindo de suas Administrações Indiretas, com patrimônio próprio, destinadas ao exercício de serviço público ou de atividade econômica de relevante interesse coletivo, podendo-se revestir de qualquer forma e organização empresarial;
- e) é pessoa jurídica de direito privado, criada por lei, com capital exclusivamente público, não se admitindo que venha de suas Administrações Indiretas, com patrimônio próprio, destinadas ao exercício de serviço público ou de atividade econômica de relevante interesse coletivo, podendo-se revestir de qualquer forma e organização empresarial.

25) Um empregado de uma sociedade de economia mista, no exercício de suas funções, causa dano material a terceiro. Em relação à responsabilidade da empresa, assinale a alternativa correta:

- a) é objetiva sua responsabilidade e seus bens podem ser penhorados;
- b) responderá somente se comprovada a culpa em vigiar o empregado e seus bens podem ser penhorados;
- c) não pode responder, posto ser de terceiro o ato lesivo;
- d) responderá independente de culpa e a execução seguirá o mesmo modelo legal adotado nas execuções contra os entes da Administração Direta, as autarquias e fundações pública;
- e) a responsabilidade é aquiliana e os bens de sua propriedade não podem ser penhorados.

26) Analisando as alternativas:

- I – poder vinculado é aquele derivado de delegação de autoridade administrativa e hierarquicamente superior, e se vincula às ordens desta autoridade;
- II – poder regulamentar é aquele atribuído aos chefes de poder para a interpretação de lei ou no âmbito de suas competências e pode ser delegado por Decreto;

III – poder discricionário é aquele que o direito concede à administração para a prática de atos administrativos com liberalidade de escolha quanto a conveniência, oportunidade e conteúdo;

IV- a presunção de legitimidade que milita em favor dos atos administrativos autoriza a sua imediata execução ou operatividade, mesmo que arguidos vícios ou defeitos que os levem à invalidade;

V – pelo princípio da impessoalidade, não são imputáveis ao funcionário os atos que pratica, mas ao órgão ou entidade que representa, e se reconhece validade ao ato praticado por funcionário irregularmente investido na função.

Assinale:

- a) apenas I, II e III são corretas;
- b) apenas II, III e IV são corretas;
- c) apenas III, IV e V são corretas;
- d) apenas I e IV são corretas;
- e) apenas II e V são corretas.

27) O retorno do servidor público ao cargo do qual fora demitido, com a plena restauração dos direitos violados, inclusive o pagamento integral dos vencimentos e vantagens correspondentes ao período em que esteve afastado, por força de decisão judicial, recebe o nome de:

- a) revisão;
- b) reversão;
- c) recontração;
- d) recondução;
- e) reintegração.

28) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- b) a inexigibilidade da licitação é caracterizada pela inviabilidade de competição;
- c) são modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso, o leilão e o pregão;
- d) o procedimento licitatório não é sigiloso, sendo públicos e acessíveis todos os atos, exceto quanto ao conteúdo das propostas até a sua respectiva abertura;
- e) a prestação de serviços públicos por meio de permissão depende de prévia licitação.

29) A Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, entre outros, aos seguintes princípios:

- I - moralidade;
- II - legalidade;
- III - publicidade;
- IV - impessoalidade;
- V - eficiência.

Assinale:

- a) se todas as assertivas estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas I e II estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas I, II, III e IV estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas;
- e) se todas as assertivas estiverem incorretas.

30) Quanto à estabilidade do servidor público, assinale a alternativa correta:

- a) são estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude concurso público;
- b) o servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- c) extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável será exonerado;
- d) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado;
- e) extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável será aposentado.

31) Quanto aos atos administrativos, é correto afirmar:

- a) são integralmente passíveis de controle jurisdicional;
- b) são passíveis de controle jurisdicional quanto à conveniência e oportunidade;
- c) são passíveis de controle pelo Congresso Nacional, se atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta;
- d) não são passíveis de controle jurisdicional;
- e) são passíveis de controle pelos Poderes Executivo e Legislativo, se atos administrativos do Poder Judiciário.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

32) Considerando o procedimento adotado para a elaboração de tratados, observe as assertivas abaixo:

- I - tratado significa acordo internacional, concluído por escrito, entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica;

II - o tratado somente pode ser negociado pelos Chefes de Estado, não se admitindo sua representação por terceiros, ainda que portadores de plenos poderes;

III - reserva significa uma declaração unilateral, qualquer que seja sua redação ou denominação, feita por Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, ou a ele aderir, com o objetivo de excluir ou modificar o efeito jurídico de certas disposições do tratado em sua aplicação a esse Estado;

IV - o Congresso Nacional somente referenda os tratados que impliquem compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

V - é do Presidente da República a competência de celebrar o tratado, mas cabe ao Congresso Nacional o referendar ou o resolver em definitivo, conforme seja o caso.

Assinale:

- a) se incorreta somente a assertiva IV;
- b) se incorreta somente a assertiva V;
- c) se incorretas somente as assertivas I, III e V;
- d) se incorretas somente as assertivas II e IV;
- e) se correta somente a assertiva V.

33) Sobre as Convenções Internacionais da OIT (Organização Internacional do Trabalho), marque a alternativa correta:

- a) somente passam a ter eficácia de lei após adesão pelo Poder Executivo, aprovação pelo Congresso Nacional, expedição de Decreto Legislativo, publicação no Diário Oficial da União, comunicação e registro na ONU, com vigência, que deverá ser tornada pública, 12 meses após o registro;
- b) passam a ter eficácia de lei após adesão pelo Poder Executivo e aprovação pelo Congresso Nacional, com vigência 180 dias após a publicação do Decreto Legislativo correspondente no Diário Oficial da União, devendo, no prazo de 12 meses, haver comunicação e registro na ONU;
- c) passam a ter eficácia interna de lei após adesão, tornando-se o Brasil país signatário, com vigência a ser decidida pelo Congresso Nacional, sempre nos 12 meses seguintes;
- d) equiparando-se à lei complementar, a Convenção Internacional da OIT com eficácia no nosso ordenamento jurídico dispensará exigência de lei complementar prevista na Constituição Federal;
- e) a Convenção Internacional da OIT com eficácia no nosso ordenamento jurídico, se não for auto-exeqüível, necessitará de decreto regulamentador.

34) Com relação às assertivas abaixo::

- I - o princípio da *lex loci executionis*, no nosso ordenamento jurídico, não admite exceção face à hipossuficiência do empregado;
- II - a competência para julgamento de causas trabalhistas abrangendo ente de direito público externo é, em razão da pessoa, da Justiça Federal;
- III - a relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação;
- IV - ainda que o empregado tenha sido contratado e esteja trabalhando no Brasil, se pactuada a aplicação da legislação estrangeira mais favorável, esta deverá reger o contrato de trabalho e, se houver provocação, aplicada pela Justiça do Trabalho;
- V - segundo a atual jurisprudência do STF, a imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro está reservada aos atos de império, não alcançando os atos de mera gestão, razão pela qual, se empregador, não estará imune a causas trabalhistas.

Assinale:

- a) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas II, III e IV estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas III, IV e V estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas I, IV e V estiverem corretas;
- e) se somente as assertivas I, II e V estiverem corretas.

35) Considerando os princípios do direito comunitário:

- I - primado do direito comunitário sobre as normas nacionais;
- II - aplicação subsidiária às normas nacionais;
- III - aplicação da norma mais benéfica ao nacional, entre os ordenamentos dos países membros da comunidade;
- IV - inserção do direito comunitário nos ordenamentos jurídicos nacionais;
- V - autonomia do direito comunitário em relação aos direitos nacionais.

Assinale:

- a) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas II, III e IV estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas III, IV e V estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas I, IV e V estiverem corretas;
- e) se somente as assertivas I, II e V estiverem corretas.

DIREITO CIVIL

36) Analisando as afirmativas abaixo:

- I - o incapaz, em hipótese alguma, responde pelos danos que causar;
- II - toda pessoa, que venha a ressarcir dano em nome de outrem, pode deste reaver o que houver pago, salvo se o causador do dano for incapaz ou relativamente incapaz, e seu descendente;
- III - o empregador responde pelo ato de seus empregados, desde que o ato causador do dano seja decorrente do exercício das tarefas destes;
- IV - o dono do animal responde, em qualquer hipótese, pelos danos provocados por ele;
- V - o dever de prestar a reparação não se transmite por herança.

Assinale:

- a) se corretas as afirmativas I, III e V;
- b) se incorreta a afirmativa II e corretas as demais;
- c) se corretas somente as afirmativas IV e V;
- d) se corretas somente as afirmativas II e III;
- e) se corretas somente as afirmativas II, III e V.

37) Quanto à solidariedade passiva, analise as seguintes afirmativas:

- I - é lícito se cobrar a obrigação de um, de alguns ou de todos devedores solidários, mas se não cobrada judicialmente de todos, presume-se a renúncia da solidariedade em relação aos não demandados;
- II - mesmo havendo renúncia da solidariedade, quanto a alguns dos devedores, estes responderão em igualdade de condições com os demais pela parte do devedor insolvente;
- III - o devedor que responder pela totalidade da obrigação poderá cobrá-la integralmente, com a dedução de seu quinhão, de qualquer um dos outros co-obrigados;
- IV - os herdeiros de um devedor falecido respondem pela totalidade da dívida como devedores solidários em relação aos demais, desde que todos os herdeiros estejam reunidos;
- V - o devedor que responder pela totalidade da obrigação poderá cobrá-la integralmente do único devedor a quem a obrigação interessava.

E assinale:

- a) se corretas somente as afirmativas I e III;
- b) se incorretas todas as afirmativas;
- c) se incorreta somente a afirmativa III;
- d) se corretas somente as afirmativas II, III e IV;
- e) se corretas somente as afirmativas II, IV e V.

38) Analisando as afirmativas abaixo:

- I - a lesão - que se configura quando alguém, premido por grave necessidade ou inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional à da outra parte - é causa de nulidade do negócio jurídico;
- II - o estado de perigo é causa para o desfazimento do negócio, mas a ação correspondente deve ser proposta no prazo de 4 (quatro anos) a contar de sua realização, pena de prescrição;
- III - quem adquire bem de devedor que se reduz à insolvência, pode convalidar o negócio se depositar em juízo, o valor previsto para o negócio, ainda não quitado, desde que correspondente ao corrente ou, quando inferior, se depositar o valor real do bem;
- IV - se o comprador adquire o bem de boa-fé, quando a insolvência do vendedor não é notória ou não a pudesse conhecer, o negócio é válido.

Assinale:

- a) se corretas somente as afirmativas III e IV;
- b) se todas as afirmativas forem corretas;
- c) se incorreta somente a afirmativa I;
- d) se correta somente a afirmativa III;
- e) se todas as afirmativas forem incorretas.

39) Analisando as proposições:

- I - no direito brasileiro são fontes das obrigações: a lei, os contratos, as declarações unilaterais de vontade, os atos ilícitos (incluindo o abuso no exercício de um direito) e, modernamente, o risco profissional que redunde na culpa objetiva do empregador;
- II - o devedor comprometeu-se a entregar ao credor coisa determinada no valor de R\$ 1.000,00. Por motivos supervenientes, ficou privado do bem e propôs entregar ao credor outro bem, no valor de R\$ 10.000,00. Ante o infortúnio e o valor em muito superior do novo bem oferecido, o credor é obrigado a aceitar a proposta;
- III - obrigações alternativas são aquelas em que, embora haja somente uma obrigação, o devedor pode desonerar-se dela, substituindo a obrigação devida por outra de sua escolha;
- IV - obrigações facultativas são aquelas em que há mais de uma obrigação estipulada, podendo o devedor escolher, dentre elas, aquela que lhe convier, para desonerar-se, se de outra forma não foi estipulado;
- V - obrigações naturais são aquelas em que existe débito mas não existe responsabilidade, sendo, portanto, inexigíveis judicialmente.

Assinale:

- a) apenas I e II são corretas;
- b) apenas II e III são corretas;
- c) apenas III e IV são corretas;
- d) apenas III, IV e V são corretas;
- e) apenas I e V são corretas.

40) Analisando as proposições:

- I - contratos comutativos são aqueles em que a prestação e a contraprestação são equivalentes entre si, porém, não suscetíveis de imediata apreciação quanto à sua equivalência;
- II - na proposta enviada por telegrama, carta, telex, fax, e-mail ou outro meio eletrônico de transmissão de dados, o contrato se perfaz sempre com a expedição da aceitação.
- III - nos contratos de adesão, as cláusulas que gerem dúvidas são interpretadas em favor do aderente;
- IV - nos contratos onerosos, responde pela evicção o alienante, salvo estipulação em contrário, em que o adquirente assumo o risco, ou se já tinha conhecimento de que a coisa pertencia a terceiros, ou, ainda, se tinha ciência de que versava litígio sobre a coisa.

Assinale:

- a) apenas I está correta;
- b) apenas II está correta;
- c) apenas IV está correta;
- d) apenas II e III estão corretas;
- e) apenas III e IV estão corretas.

41) Verifique as proposições e responda qual ou quais delas representam inovações expressas do Novo Código Civil:

- I - o estado de perigo e a lesão;
- II - a incapacidade relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer dos ébrios habituais e dos viciados em drogas;
- III - a desconsideração da personalidade jurídica;
- IV - a redução da prescrição para pretensão envolvendo responsabilidade civil para três anos;
- V - a indenização, no caso de dano moral, fixada equitativamente, afastando a idéia de indenização punitiva.

- a) todas estão corretas;
- b) apenas I, III e IV estão corretas;
- c) apenas I, II e V estão corretas;
- d) apenas I, III e V estão corretas;
- e) apenas II, IV e V estão corretas.

DIREITO COMERCIAL

42) Tendo havido a cisão de uma companhia observe as afirmativas abaixo:

- I - se houve a extinção da companhia cindida, as sociedades, que absorvem parcelas de seu patrimônio, respondem solidariamente pelas obrigações da sociedade extinta;
- II - haverá cisão parcial se a companhia cindida não for extinta, neste caso somente a companhia cindida responderá por seus débitos, mesmo que anteriores à cisão;
- III - poderá um credor se opor à estipulação de inexistência de solidariedade, com relação ao seu crédito, desde que este seja anterior à cisão e que manifeste a oposição até 90 (noventa) dias após a publicação do ato de cisão;
- IV - a estipulação de inexistência de solidariedade pode ser feita tanto na cisão total, quanto na parcial.

E assinale:

- a) se somente correta a alternativa I;
- b) se somente correta a afirmativa II;
- c) se somente corretas as afirmativas III e IV;
- d) se incorreta somente a afirmativa II;
- e) se somente corretas as afirmativas I e III.

43) Dentre as opções abaixo, qual representa um efeito imediato da declaração da falência:

- a) resolução de todos os contratos da falida, ainda pendentes de cumprimento;
- b) a nulidade do pagamento antecipado de dívidas, dentro do termo de falência;
- c) a perda da vigência dos mandatos outorgados pelo devedor, antes da falência;
- d) a indisponibilidade dos bens dos sócios;
- e) a paralisação definitiva das atividades da sociedade, com a arrecadação dos bens.

44) Analisando as proposições abaixo:

- I - a principal diferença entre as sociedades contratuais e as sociedades institucionais é o modo de dissolução. Na sociedade contratual, esta não pode ocorrer simplesmente pela vontade da maioria dos sócios, ou seja, os minoritários podem continuar a sociedade mesmo contra a vontade dos demais; além disso, as causas específicas de dissolução, como a morte ou a exclusão do sócio devem ser objeto de disposição do contrato social. Na sociedade institucional, a dissolução pode ocorrer pela vontade da maioria dos sócios; além disso, podem ser dissolvidas segundo institutos específicos, como a intervenção e a liquidação extrajudicial;

- II - embora não possuindo personalidade jurídica plena, a sociedade de fato pode participar da relação jurídico-processual, tanto no pólo ativo quanto no pólo passivo;
- III - embora a sociedade irregular não tenha legitimidade para requer falência ou concordata, os seus livros comerciais possuem eficácia probatória;
- IV - é vedado ao sócio comanditário administrar a empresa ou dela ser empregado;
- V - nas sociedades em comum (ou de fato), o sócio que em nome delas contratou perde o benefício de ordem.

Assinale:

- a) todas são corretas;
- b) apenas III é incorreta;
- c) apenas I, II e III são corretas;
- d) apenas III, IV e V são corretas;
- e) apenas II, IV e V são corretas.

45) Considerando as assertivas abaixo:

- I - os aeronautas gozam dos direitos previstos em lei, bem como aqueles dispostos nas convenções coletivas de trabalho, acordos coletivos e regulamentos da empresa, dependendo, os últimos, de homologação pelo DAC (Departamento de Aviação Civil), do Ministério da Aeronáutica, em razão da segurança do espaço aéreo nacional;
- II - o aeronauta é o profissional habilitado pelo Ministério da Aeronáutica, que exerce atividade a bordo de aeronave civil nacional, mediante contrato de trabalho, como comandante, co-piloto, mecânico de voo, navegador, radioperador de voo ou comissário, entre outros;
- III - o tripulante comandante é o responsável pela operação e segurança da aeronave, exercendo a autoridade que a legislação aeronáutica lhe atribui;
- IV - o aeroviário é, entre outros, todo trabalhador que, não sendo aeronauta, exerce função remunerada nos serviços terrestres de empresa de transportes aéreos;
- V - a profissão de aeronauta é privativa de brasileiros, não sendo admitidas exceções, assim dispondo a legislação em razão da segurança nacional.

Assinale:

- a) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas II, III e IV estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas III, IV e V estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas I, IV e V estiverem corretas;
- e) se somente as assertivas I, II e V estiverem corretas.

46) Considerando o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), analise as assertivas abaixo:

- I - o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito;
- II - são interesses ou direitos coletivos aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
- III - são interesses ou direitos individuais homogêneos aqueles de que sejam titulares classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;
- IV - o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando houver falência, desde que provocada por má administração;
- V - serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes de caráter trabalhista.

E assinale:

- a) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas II, III e IV estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas III, IV e V estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas I, IV e V estiverem corretas;
- e) se somente as assertivas I, II e V estiverem corretas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

47) Considerando a execução de cotas previdenciárias, decorrentes de sentença ou de acordo em processo do trabalho, analisando as assertivas abaixo:

- I - a competência é exclusivamente da Justiça do Trabalho e, por conseguinte, fica excluída a competência dos outros órgãos do Poder Judiciário;
- II - o INSS deve ser intimado das sentenças e acordos e, não havendo pagamento das parcelas devidas, somente se procederá à execução mediante requerimento do Instituto, não se promovendo de ofício;
- III - nos cálculos de liquidação devem ser incluídos os valores das cotas, intimando-se o INSS à manifestação, antes da homologação;
- IV - em face do Instituto não fazem coisa julgada os acordos homologados nas Varas do Trabalho;
- V - não se forma preclusão em face do Instituto, mesmo quando se queda silente, em prazo a ele deferido para se manifestar sobre as contas, logo, pode discuti-las no momento dos embargos.

E assinale:

- a) se corretas somente as assertivas II, III e IV;
- b) se incorreta somente a assertiva V;
- c) se corretas somente as assertivas I, II e V;
- d) se corretas somente as assertivas II, IV e V;
- e) se corretas as assertivas I, III e IV.

48) Analisando as proposições abaixo:

- I - para a concessão da aposentadoria especial, o segurado dependerá de comprovação, perante o INSS, do tempo de trabalho permanente ou intermitente, exercido em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física;
- II - a aposentadoria especial, por motivo de condições de trabalho que prejudiquem a saúde ou a integridade física, é concedida ao contribuinte individual somente quando cooperado, filiado a cooperativa de trabalho ou de produção, que tenha laborado pelo prazo mínimo definido em lei;
- III - o salário-família não é devido ao segurado empregado doméstico e ao trabalhador avulso;
- IV - o salário-família será pago mensalmente ao trabalhador rural aposentado por idade aos 60 (sessenta) anos, se do sexo masculino, ou 55 (cinquenta e cinco) anos, se do sexo feminino, pelo INSS juntamente com a aposentadoria.

Assinale:

- a) apenas II e IV estão corretas;
- b) apenas I, II e III estão corretas;
- c) apenas II, III e IV estão corretas;
- d) apenas I e IV estão corretas;
- e) apenas I e III estão corretas.

49) Quanto ao custeio da Seguridade Social é INCORRETO afirmar que:

- a) sendo criada determinada contribuição social, esta só poderá ser exigida a partir do exercício financeiro seguinte em que haja sido publicada a lei que a instituiu;
- b) na atualidade, a empresa também está obrigada a arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração, e a recolher o valor arrecadado juntamente com a contribuição a seu cargo;
- c) nas sentenças judiciais ou nos acordos homologados em que não figurem, discriminadamente, as parcelas legais relativas à contribuição previdenciária, esta incidirá sobre o valor total apurado em liquidação de sentença ou sobre o valor do acordo homologado;
- d) o desconto de contribuição e de consignação legalmente autorizadas sempre se presume feito oportuna e regularmente pela empresa a isso obrigada;
- e) no âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas: receitas da União; receitas das contribuições sociais, e, receitas de outras fontes.

50) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) é de 10 (dez) anos o prazo de decadência para a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos;
- b) mesmo após o advento da Emenda Constitucional nº 41/03, é vedada a incidência de contribuição social sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social;
- c) nos termos da Lei nº 8.213/91, classificam-se como segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social: o empregado, o empregado doméstico, o trabalhador autônomo, o trabalhador avulso e o segurado especial;
- d) são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei;
- e) o salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral, sendo que tal benefício não poderá exceder o valor do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.